

A LITERATURA CANÔNICA E A VOZ DO INDÍGENA

Marcia Rejane Kristiuk Zancan*

Resumo: apresentamos parte da pesquisa da minha tese de doutorado que investiga a memória e a história cultural indígenas por meio do texto literário, verificando a possibilidade e importância da abordagem dessa temática no ensino da literatura. Nesse sentido, discutimos a literatura canônica, pois trabalhamos com a obra *Oré Awé roiru'a ma*: todas as vezes que dissemos adeus, de Kaká Werá Jecupé (1994-2002), a fim de demonstrarmos que o indígena vem conquistando espaço no campo literário. Assim, percebeu-se que a cultura dos marginalizados, mesmo tendo enfrentado, ao longo da história, a seleção de obras literárias no conceito dos vencedores, começa a despontar, a exemplo da autoria indígena, como forma de divulgar a cultura e de representar a voz dos vencidos e não mais só dos vencedores.

Palavras-chave: Memória cultural indígena; Literatura canônica; Autoria indígena.

LA LITERATURA CANÓNICA Y LA VOZ DEL INDÍGENA

Resumen: presentamos parte de la pesquisa de mi tesis de doctorado que investiga la memoria y la historia cultural indígenas por medio del texto literario, demostrando que es posible, en la enseñanza de la literatura, abordar el tema de la (re)construcción de la memoria cultural de las poblaciones indígenas. En este sentido, discutimos la literatura canónica, pues trabajamos con una obra de autoría indígena *Oré Awé roiru'a ma*: todas las veces que dijimos adiós, de Kaká Werá Jecupé (1994-2002) con el propósito de demostrar que el indígena viene conquistando espacio en el campo literario. Así, se observó que la cultura de los marginados después de haber enfrentado, a lo largo de la historia, la selección de obras literarias en el concepto de los ganadores, comienza a surgir la autoría indígena como una forma de difundir la cultura y para representar la voz de los derrotados y no más sólo de los ganadores.

Palabras-clave: Memoria cultural indígena; Literatura canónica; Autoría indígena.

Introdução

O texto provém da pesquisa da tese de doutorado em Letras**, na qual se investigou a temática indígena através da literatura, considerando-se duas obras: *Macunaíma o herói sem*

* Doutora em Letras, docente no CAFW-UFSM.

** Tese intitulada “A representação do indígena no ensino da literatura: da escola convencional à escola indígena”, defendida em 2015, no PPGL de Letras da UniRitter, campus de Porto Alegre, sob a orientação da professora Dr^a. Regina da Costa da Silveira.

nenhum caráter (2007-1928), de Mário de Andrade, do início do século passado, pertencente ao que aqui chamamos de literatura canônica, e a obra contemporânea de autoria indígena do já consagrado Kaká Werá Jecupé, *Oré Awé roiru'a ma*: todas as vezes que dissemos adeus (1994-2002). O trabalho sobre a memória cultural indígena no contexto do ensino da literatura no Ensino Médio¹ procurou atender, assim, às prerrogativas da Lei 11.645/2008 (hoje reformulada pela MP 746/2016)². Nesse propósito, foi importante relacionar discussões sobre o cânone em relação à autoria indígena, que vem ganhando espaço na literatura e que representa um suporte importante para realizar estudos da cultura ameríndia nas escolas convencionais como delimita a lei de 2008.

É inegável que a história dos indígenas vem de longa data, marcada por muitas situações de preconceitos. Desde a colonização, a imagem do índio³ é estereotipada como a de primitivo ou de selvagem. Trata-se de uma história que nem sempre “mostra que eles são assassinados, explorados e perseguidos. Trata-se de uma violência que esconde os estereótipos de um país que não assume sua pluriétnica” (GUERRA, 2010, p. 45). A escola também é reprodutora de discursos preconceituosos e precisa mudar a forma como vê os povos indígenas brasileiros. Assim, poderemos trazer a ideia de que os povos autóctones são sujeitos da História do Brasil, que sofreram transformações e transformam a sociedade. Logo, vamos perceber que não há uma identidade autêntica e sim uma diversidade de identidades que compõem a nação brasileira, e acabamos com a resistência em aceitar a pluralidade étnica que forma nosso país. A escola é, pois, o agente promotor para demonstrar, de forma crítica, as contribuições dos diversos grupos presentes na sociedade brasileira.

¹ Foi desenvolvida a “Oficina de leitura e literatura de temática indígena” com um grupo de alunos de Ensino Médio do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen - RS (uma escola pública federal), em que vivenciaram experiências de leitura, discussões e conhecimentos sobre a cultura indígena por meio de obras literárias. A cidade de Frederico Westphalen está localizada na região do Médio Alto Uruguai, que foi o último território do Rio Grande do Sul ocupado pelos imigrantes e onde se localizam os dois maiores toldos de terras indígenas: Nonoai e Guarita. Com isso, presenciavam-se nessa região muitos conflitos de demarcações de terras, o que reforça a discriminação em relação aos povos indígenas.

² A MP 746/2016 retirou a obrigatoriedade da Lei 11.645/2008 – uma medida arbitrária que, como outras no campo da educação, implicam em franco retrocesso das conquistas sociais e educacionais.

³ De acordo com a professora Mestre em História Social pela PUC-SP, Joelza Ester Domingues, em seu estudo “10 erros comuns sobre a cultura indígena” (2015), o termo *índio* surgiu na época das navegações quando o objetivo maior era a busca de um caminho para a Índia. Os navegadores europeus chamaram de “índios” a população nativa da América, da Indonésia e da Índia. Os índios nunca se chamaram assim, de forma tão genérica. Tinham nomes diferentes para designarem a si mesmos e a outros povos. Os termos aborígine, nativo e indígena designam aquele que é nascido em determinado lugar. Eles correspondem a uma designação ampla que engloba a diversidade de grupos humanos autóctones na América. Entretanto, pelo fato de ser utilizado o termo na tese e também por muitos autores pesquisados, o manteremos neste artigo.

A seguir vamos abordar a literatura canônica, que também foi uma das formas de marginalizar o indígena. Nessa abordagem, as obras primas eram selecionadas conforme interesses de classe e cultura dos que detinham o poder e, muitas vezes, também a interesses ligados aos princípios da Igreja. Nesse sentido, a cultura indígena não fazia parte dos valores canônicos.

O processo de canonização das obras literárias

Estudar a questão do cânone é abordar a discussão contemporânea do colonizado em relação ao colonizador, pelo fato de as obras consideradas canônicas sempre terem a visão da cultura dominante. O cânone pode ser abordado sob vários ângulos, em várias épocas, mas o foco desta seção está na questão dos marginalizados, uma vez que queremos relacionar a cultura colonizada: como é o caso das culturas indígenas.

O termo cânone vem do grego *Kanon*, que significa vara de medir, conforme Roberto Reis (1992), sendo que as línguas românicas adotaram o significado de norma, lei. No início da cristandade, foram selecionados autores e textos que deveriam ser preservados, assim eram banidos da Bíblia os que não pregavam a “verdade” segundo o livro sagrado. O cânon estava ligado ao princípio de seleção (exclusão), estando vinculado à questão do poder. Os que selecionavam (e excluía) possuíam a autoridade de indicar obras conforme os seus interesses, ou seja, interesses de sua classe e de sua cultura, principalmente, ligada à Igreja.

Para a literatura, o cânon ou cânone significa um conjunto de obras exemplares como os clássicos, as obras-primas dos grandes mestres. Todas as obras representam um patrimônio da humanidade e de valor indisputável que, inclusive, sempre foi muito fechado e restrito, buscando preservar esse patrimônio para outras gerações. Conforme Reis (1992), os adeptos do cânone defendem que as obras literárias possuem um valor estético denominado de ‘literariedade’. Esse valor estético é inerente à obra, sem ser observado qualquer elemento externo, sendo que as circunstâncias históricas se tornam abstratas.

O processo de canonização de obras literárias é um sistema de articulação de interesses daqueles que detêm o poder social, e questionar essa seleção é, ao mesmo tempo, questionar os mecanismos de poder, tanto intelectual quanto financeiro. O cânone sempre deu espaço para a dominação do mundo ocidental, assim qualquer outro grupo que não compartilhasse da cultura e

posição social do ocidente era excluído, como, no caso, os orientais, os africanos, os indígenas. O modelo ocidental de padrão literário sempre foi visto como de boa qualidade e de estética elitizada.

A expressão ‘boa literatura’, dada principalmente à cultura ocidental, despreza o diferente. Conforme Reis (1992, p. 86), o cânone “está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social e funcionando como uma ferramenta de dominação”. Nesse sentido, a literatura indígena, por exemplo, seria excluída por não representar um segmento da sociedade com prestígios de poder. A classe dominante faz da literatura um reflexo de seus valores, levando a imposições sobre outras culturas, como aconteceu com o colonizado no Brasil: o indígena, que sofreu a implantação dos valores europeus em sua vivência.

Como neste estudo pretende-se valorizar a memória cultural indígena, a discussão está voltada para a problemática dos excluídos. Quando se questiona o cânone, o que se quer é dar oportunidade ao texto dos excluídos, que ao longo do tempo não tiveram reconhecimento no padrão da boa literatura, de acordo com os padrões do cânone. As escolhas baseadas no cânone, conseqüentemente, sempre excluíram o diferente, sem nem ao menos avaliar suas qualidades literárias.

Roberto Reis (1992) alerta para o fato de a literatura aludir a algo escrito, desprestigiando as formas literárias não calcadas na escrita. Então, sugere que devemos acrescentar a literatura oral, que muitos povos construíram representando seu modo de viver. Em muitas culturas, a escrita adquiriu grande importância, tendo que criar “instâncias reprodutoras de seus meandros, como a escola, a fim de que se pudesse passar, de geração a geração, os segredos da vigilância social por ela propiciados” (REIS, 1992, p. 68). Por trás das noções de linguagem, cultura, escrita e literatura, esconde-se a noção de poder. Nesse sentido, ao lidar com o conceito de cânon, é importante perceber esse poder como delegado, “pois o que se pretende, ao se questionar o processo de canonização de obras literárias é, em última instância, colocar em xeque os mecanismos de poder a ele subjacentes” (REIS, 1992, p. 68). Conforme explicação de Lizandro Carlos Calegari (2013), o modelo europeu foi confundido como um padrão universal a ser seguido, dessa forma “sufocava aquelas produções minoritárias situadas, muitas vezes, à margem da sociedade.” (CALEGARI, 2013, p. 12).

Primeiro, não se pretende aqui é—que a literatura indígena se torne uma reprodução porque a escola exige e, sim, que seja devidamente reconhecida como uma forma de expressão

cultural. Segundo, há a tentativa de demonstrar que a literatura canônica possui um poder agregado à cultura ocidental e que devemos contestar as formas de excluir a literatura dos povos marginalizados, como o caso dos indígenas: “O critério para se questionar um texto literário não pode se descurar do fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram o estatuto de literário àquele texto (e não a outros), canonizando-o” (REIS, 1992, p. 69). O mesmo autor (1992) demonstra que a escrita e o saber estiveram vinculados ao poder da cultura ocidental e atuaram como forma de dominação.

Atualmente, a crítica literária, entretanto, tem se voltado às minorias, delineando um novo conceito de literatura. Calegari (2013) aponta para a importância de percorrer a crítica e a produção de alguns grupos minoritários, como mulheres, homossexuais, negros (e destacam-se também os indígenas) a fim de compreendermos, em termos sociais e históricos, “a importância dessas minorias, ou o que tematizam essas minorias para os grupos marginalizados” (CALEGARI, 2013, p. 14).

Deseja-se que os grupos marginalizados possam ter espaço dentro do rol de obras de um país. Entre os grupos ignorados, o indígena é um exemplo de exclusão, e até porque a inserção deles na literatura é tardia pela falta de espaço e por coincidirem, historicamente, com as lutas sociais ocorridas no último século. O ano de 1500 marca o início da história brasileira; e os indígenas como habitantes originais são deixados de lado pelo cânone pela ausência de uma linguagem escrita. Apenas aparecem nos primeiros registros do Brasil feitos pelos portugueses, sendo destacados textos dos colonizadores e jesuítas.

Os indígenas foram relegados à condição de seres preguiçosos pela história, de forma que sua voz não tinha espaço na sociedade. Em busca de uma identidade nacional, logo, porém, foi decretado que o índio seria o símbolo da memória nacional, de modo idealizado conforme os padrões canônicos. Ao contemplar essa idealização do indígena no campo literário, logo surgiram autores que foram canonizados. Autores como Basílio da Gama e Santa Rita Durão, situados entre o arcadismo e o romantismo, bem como os românticos Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, são exemplos dessa constatação.

Marcelo Marinho (2013) afirma que, na produção literária ficcional brasileira, é raro termos personagens dos povos autóctones de nosso país. Também o mercado editorial e o cânone literário brasileiro, normalmente, fecham as portas para autores indígenas. Com isso, “o público leitor fica limitado a uma visão fortemente etnocêntrica do universo desses mais de duzentos povos que se distribuem sobre o território nacional” (MARINHO, 2013, p. 347). No universo do

mercado editorial, das escolas, universidades ou instituições culturais, não encontramos nenhum autor de povos indígenas de sucesso com um contingente de público leitor, uma vez que não é conveniente para a mídia divulgar um autor que não pertence à literatura canônica.

Encontram-se nesse mercado os compiladores não indígenas, que se apropriam das vozes dos autóctones. São publicados muitos contos e lendas tradicionais sem atribuir direitos autorais aos informantes individuais ou às comunidades que constituem o patrimônio cultural. Essa apropriação das criações culturais “revela-se como uma poderosa ferramenta de silenciamento e lento extermínio simbólico” (MARINHO, 2013, p. 348). O texto compilado contribui para que se extingam as manifestações orais dos autóctones, isso conduz à imitação superficial do viver dessas comunidades e, também, leva à “autossubmersão e mascaramento compulsório por sob a roupagem idiomática e cultural do colonizador” (MARINHO, 2013, p. 349).

Marcelo Marinho (2013) chama a atenção para o termo ‘ninguneador’, que alerta para a tentativa de silenciar a cultura indígena: seja pelo extermínio do contingente de povos, seja pelo domínio de pensamento ocidental que se infere a cultura do outro. Para esse termo, ele traz a interpretação de Octávio Paz, pois o conceito da palavra ‘ninguneador’ tem o significado de “silêncio que transforma a literatura (e as demais práticas culturais) numa espantosa e eficaz máquina de esquecimento, uma formidável engrenagem de limpamento étnico” (MARINHO, 2013, p. 350). O silêncio ‘ninguneador’ é um processo que interfere no espaço coletivo dos povos, tornando-os excluídos e esquecidos.

As imagens e o imaginário que se constrói do *outro* (o indígena) se estabelecem através da aparência física, com caracterizações estereotipadas, desvalorizando a cultura destes. Nos textos literários, a imagem dos grupos étnicos marginalizados é construída por meio de parâmetros excludentes: “as imagens do Outro amiúde se estabelecem pelo viés de caracterizações fortemente estereotipadas e depreciativas, tanto na literatura quanto nas formas cotidianas do discurso” (MARINHO, 2013, p. 363).

É fato que a imagem dos povos originários, na literatura latino-americana, é marcada por aspectos negativos vinculados a um processo de exclusão das populações indígenas ibero-americanas. Por isso, é importante começarmos a atuar para mudar essa realidade. Com a Lei 11.645/2008 tentou-se criar espaços para a cultura indígena e, conseqüentemente, para a institucionalização das escolas indígenas.

Na tese desenvolvida por meio de meu doutoramento, ao trabalhar com a memória cultural indígena em uma atividade com alunos de Ensino Médio, através da “Oficina de leitura e literatura de temática indígena”, destacamos a obra *Oré Awé roiru'a ma: todas as vezes que dissemos adeus* (2002), de Kaká Werá Jecupé. Trata-se de um autor indígena que conta a sua história do contato com a colonização, a desocupação de terras e os deslocamentos das comunidades pelo fato de cederem suas terras às famílias de imigrantes. Ao mesmo tempo, sua narrativa consegue demonstrar as tradições, formas de viver dos indígenas, valorizando os conhecimentos que esses povos possuem. Quando os alunos são desafiados a ler a obra de Jecupé, permitimos, assim, que outra voz faça parte da literatura de forma a demonstrar seus valores, diferentes da cultura ocidental. Valores esses que se importam muito com a vida saudável e faz o convite ao povo brasileiro para se unir e salvar o meio ambiente.

O contexto sociocultural dos indígenas começa a melhorar com a educação, principalmente com a institucionalização das escolas nas comunidades. Com as mudanças previstas em leis no Brasil, também ocorreram mudanças no processo educacional, em que a cultura e a tradição indígena iniciam um processo de valorização, e ocorrem o nascimento e o desenvolvimento da escrita nessas comunidades. Em sua obra, Kaká Jecupé relata que, em São Paulo, foi para a escola e lá ficou fascinado pela escrita, tanto que depois se torna um escritor. Assim ele revela em sua obra o compromisso de falar de sua cultura e de seu povo:

Sonhei que os Tamãï me deram a incumbência de contar um pouco da minha história, da minha vida entre dois mundos, e de revelar alguns mistérios da tradição milenar ensinada pelos Antigos, os que aqui habitavam desde sempre. Neste sonho firmei o compromisso de traduzir da vermelha 'escrita-pintura' de meu corpo para o branco corpo desta 'pintura-escrita'. (JECUPÉ, 2002, p. 16).

A obra *Oré Awé roiru'a ma: todas as vezes que dissemos adeus*, de Kaká Werá Jecupé (2002), traz importantes contribuições para nosso estudo pelo fato de o autor ser do berço da cultura ameríndia. Com sua narrativa, mostra-se a visão de seu povo sobre a sociedade nacional, incorporando sua voz ao discurso sobre a nação. Jecupé (2002) narra experiências pessoais, desde a infância na aldeia, no Norte do país, até o contato e a convivência com a chamada civilização, em São Paulo, onde se fez homem adulto, entre os Guaranis. Como escritor indígena e mediador cultural, sua trajetória é marcada pelo hibridismo cultural, pois se relacionou com diversas outras etnias. Foi alfabetizado em uma

escola pública, fora do aldeamento; nesta, foi despertado para a escrita. Assim, com o fascínio de escrever, encontrou uma forma aliada na luta pela afirmação identitária indígena.

Com os avanços educacionais de inclusão das culturas dos povos indígenas, foi possível, além de aprimorarem os sistemas de escrita de suas próprias línguas, também aprenderem a língua portuguesa, e com isso começaram a escrever suas obras. Conforme Érika Bergamasco Guesse (2013), a literatura escrita indígena possui uma “estreita e profunda relação com a tradição oral; são as narrativas tradicionais, as canções e poemas, antes transmitidos apenas através da oralidade, que estão sendo escritos pelos próprios índios” (GUESSE, 2013, p. 02). Então, a oralidade ainda é um elemento central (vivo) nas culturas indígenas, uma vez que os textos escritos “atuam simultaneamente com as tradições orais na manutenção, divulgação e preservação da identidade cultural dos povos” (GUESSE, 2013, p. 2).

Como resultado desse processo, as produções indígenas são escritas nas línguas de origem e na língua portuguesa, sendo que alguns livros usam apenas as línguas indígenas, outros são escritos em português, ou então buscam fazer a tradução em português de suas línguas de origem. De certa forma, a língua que antes era força de manipulação ocidental, agora se torna instrumento dos povos como forma de defender a sua memória cultural:

O que podemos verificar nesse processo é que a língua do branco, utilizada anteriormente como instrumento de dominação e manipulação de saberes, passa agora para o domínio escrito do índio. O que antes era uma ‘arma’ contra passa agora a ser uma ‘arma’ favorável ao indígena, uma ferramenta que possibilita sua expressão imaginativa, comunicativa e também um instrumento político para a divulgação e valorização de sua cultura, seus costumes e, acima de tudo, de seus direitos. (GUESSE, 2013, p. 2).

Percebe-se, nesse excerto, que as obras-primas eram selecionadas por fazerem parte de um grupo seletivo que usava de um discurso manipulador, levando a dominação de saberes e excluindo as minorias segregadas socialmente. Logo, existe uma realidade crescendo em defesa dos indígenas, que são os escritos de autoria dos povos de origem destas terras, como forma de valorização de divulgação de sua cultura.

Com frequência, os órgãos oficiais ou organizações não governamentais é que promovem as publicações de autoria indígena de caráter coletivo; quando a autoria é individual, a publicação normalmente ocorre por editoras privadas. O objetivo dessas publicações é atender a demanda escolar indígena, no sentido de auxiliar os professores em atividades de escrita e leitura nas escolas das aldeias e, conseqüentemente, levar essas

publicações aos demais brasileiros a fim de informar a existência desses povos, “constituindo-se, dessa forma, como um movimento político-literário” (GUESSE, 2013, p. 2). A autora destaca que a produção intelectual indígena está mais concentrada no Norte do Brasil.

As reflexões sobre literatura indígena, segundo Guesse (2013), são pensadas como prática social de determinado grupo; sendo assim, a literatura se constitui com sua própria literariedade. Então, a escrita indígena deve ser vista, no conjunto de relações, envolvida com questões de aquisição e domínio da escrita alfabética e da língua portuguesa; com a forma de usar o livro e realizar as práticas de leitura; e, por fim, com as demonstrações de lutas pela garantia de direitos e reconquista da terra. Diante da literariedade da produção literária, verifica-se que “a escrita indígena produz uma exceção, um desvio no sistema literário brasileiro, delineando um novo estilo, uma nova estética, de extraordinária força comunicativa.” (GUESSE, 2013, p. 2).

A literatura indígena nasce para recuperar, recompor e reescrever a história por um viés da coletividade, representando um instrumento de poder que faz o caminho inverso do que o cânone trazia, já que o indígena é que vai se apropriar de instrumentos de poder para atuar na vivência com a sociedade em geral. Os saberes vivos, que circulam nas comunidades através da oralidade, são representados por meio da literatura, além disso ela “serve à constituição estética da comunidade” (GUESSE, 2013, p. 03). A formalização da linguagem indígena deflora uma história própria que, mesmo nascendo da necessidade escolar, impulsiona escritores nativos a se encorajar e narrar sua cultura.

Nessa perspectiva de produções indígenas, Guesse (2013) atualiza dados da realidade de comunidades que possuem autoria coletiva ou individual. Os povos que publicam de forma coletiva são os Guarani, Desana-Wari, Kiriri, Maxakali, Sateré-Mawé, Yanomami, Kaxinawá. Já em relação às produções individuais, existem alguns escritores indígenas que se destacam: Álvaro Tukano, Ailton Krenak, Aurilene Tabajara, Daniel Munduruku, Darlene Taukane, Eliane e Cássio Potiguara, Edson Brito Kayapó, Ely Mukuxi, Graça Graúna, Juvenal Payayá, Olívio Jecupé, Naine e Lúcio Terena, Roni Waeiry, Silvia Nobre Wajãpy, Yagrarê Yamã. Destaca-se de modo especial Kaká Werá Jecupé, que é um dos autores que trabalhamos na “Oficina de leitura e literatura de temática indígena”, com o propósito de conhecer a cultura local, já que discutimos que as produções dos povos servem para divulgar e manter viva a memória cultural indígena:

Todos esses escritores têm tentado – além de divulgar a literatura de seus povos, que, por sua vez, expressam seus costumes, crenças e tradição – refletir sobre a prática escritural e literária do índio, de forma mais abrangente, e de suas comunidades, de forma mais específica. Sabemos que uma grande maioria das obras de autoria indígena é editada e publicada, no Brasil, ainda com apoio dos não índios, representados financeiramente por órgãos do Estado, por organizações não governamentais ou por editoras particulares. Não contando, portanto, com recursos financeiros, práticos e técnicos suficientes para a publicação de extenso material, os escritores indígenas têm utilizado amplamente a internet como meio de divulgação de suas reflexões e críticas. (GUESSE, 2013, p. 04).

A autora descreve que a realidade dessas publicações ainda enfrenta dificuldades, pois muitos escritores indígenas brasileiros não possuem recursos suficientes para publicar e, assim, a internet tem sido um meio de realizarem a divulgação de suas criações literárias.

Graça Graúna (2009) afirma que, mesmo havendo a intromissão dos valores dominantes do colonizador, os indígenas têm o direito de demonstrar seus costumes, crenças e tradições. Dessa forma, eles vencem o tempo e mostram sua voz através da tradição literária, seja ela oral, escrita, individual ou coletiva; o que importa é a sobrevivência da memória. Percebe-se que “nos textos de autoria indígena se manifesta a literatura-assinatura de milhões de povos excluídos” (GRAÚNA, 2009, p. 01). Nas publicações, elementos culturais estão sendo recuperados pelo fato de os escritores ouvirem seus anciões; com isso, retomam-se e preservam-se hábitos culturais, valores e práticas tradicionais. Os livros são (re)apresentados aos não índios, divulgando a cultura e impondo o seu valor enquanto povos que vivem na diferença.

Considerações Finais

A diversidade cultural existente no país foi desrespeitada ao longo dos anos em que se constituiu a história e a formação de nossa nação. A partir dessa realidade, criou-se a Lei 11.654/2008, que trouxe a obrigatoriedade das escolas convencionais (não-indígenas) em estudar e conhecer a história e a cultura indígenas, sendo citadas as disciplinas de história, artes e literatura como âncoras responsáveis em efetivar, através do ensino, o reconhecimento das populações ameríndias. Por isso, as reflexões aqui apresentadas envolveram discussões relacionadas à ação de (re)conhecer as culturas indígenas e investigar a representação destas considerando-se as teorias de memória cultural e o trabalho de obras literárias em sala de aula, aplicando o papel da literatura em prol da formação integral do aluno, atendendo à prerrogativa da Lei referida.

Assim, compreendeu-se que a memória cultural indígena foi construída em meio a choques culturais. Isso ocorreu devido ao processo de colonização na América e, especialmente no Brasil, em que o europeu não reconheceu o povo habitante de terras brasileiras, nem reconheceu a cultura local e seus valores. Desse modo, é importante as instituições de educação levarem o aluno a conhecer a história e a cultura indígenas, respeitando a vivência de seus costumes e tradições.

Sabe-se que a memória cultural indígena foi sempre renegada pelo ocidental, no entanto, conforme Michael Pollak (1989), não podemos subalternizar esses povos pela representatividade e forças simbólicas que possuem ao criarem formas de vivenciar fenômenos da natureza e pela luta em defender seus costumes. Jacques Le Goff (1990) propõe que a memória cultural serve para a libertação dos povos e não para a servidão. Em contextos mais recentes, conforme Lino João de Oliveira Neves (2003), surgem movimentos indígenas que buscam se autoafirmarem em suas comunidades, cultuando suas formas de vivência e buscando essa libertação para contar a sua própria história. Surge, então, a reflexão do caso da literatura canônica que sempre considerou obras literárias como sendo aquelas articuladas por um processo de interesses dos que detinham o poder. Hoje, encontramos uma realidade em que a autoria indígena vem conquistando campo na literatura.

Através dos personagens canônicos da literatura, se faz uma releitura do passado histórico e se percebe, conforme Peter Burke (1992), que a história tradicional oferece uma visão dos feitos dos grandes homens (estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos), deixando um papel secundário aos demais agentes sociais. Entretanto, essa concepção deve ser desmistificada, e devemos começar a mostrar a história dos excluídos de forma que sejam devidamente considerados como agentes do fazer de suas experiências.

Abordar a temática indígena no ensino da literatura é exercer o papel social que a literatura desempenha: o de contar a história dos vencidos e não só dos vencedores, como a história tradicional tem feito ao longo dos anos. Principalmente, reconhecer a autoria indígena, como avalia Graça Graúna (2009), pois eles têm o direito de demonstrar seus costumes, crenças e tradições. Assim, vamos reconstruir a história indígena a fim de reconhecer a importância de sua sabedoria, de seus valores e conhecimentos culturais que fizeram desse país um lugar de grande diversidade étnica, impulsionando o crescimento e a identidade nacional. A proposta de mudança no currículo dada pela legislação (Lei 11.645/2008) pretendia contribuir na reelaboração de identidades sociais capazes de reduzir os estereótipos criados em torno dos valores socioculturais e históricos dos povos indígenas.

Nessa direção, a valorização da autoria indígena torna-se uma forma de reconhecimento de sua vivência cultural, oportunizando a construção de uma nova história em que todos os povos sejam reconhecidos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. República Federativa do Brasil. Brasília. DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: fev. 2015.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CALEGARI, Lizandro Carlos. O cânone literário e as expressões de minorias: implicações e significações históricas. In: FOSTER, William David; CALEGARI, Lizandro Carlos; MARTINS, Ricardo André Ferreira (Org.). **Excluídos e marginalizados na literatura: uma estética dos oprimidos**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2013.

GUESSE, Érika Bergamasco. Prática escritural indígena: língua e literatura fortalecendo a identidade e a cultura. **Anais... SILEL**. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GRAÚNA, Graça. **O direito à literatura indígena**. 2009. Disponível em: <<http://ggrauna.blogspot.com/2009/04/o-direito-literatura-indigena.html>>. Acesso em: out. 2014.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. **O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitária e culturais**. São Carlos: Pedro & João, 2010.

JECUPÉ, Kaká Werá. **Oré Awé roiru’a ma: todas as vezes que dissemos adeus**. São Paulo: Fundação Phytoervas, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MARINHO, Marcelo. Excluídos e marginalizados na história e na literatura: imagens dos povos indígenas em representações literárias da América Latina. In: FOSTER, William David; CALEGARI, Lizandro Carlos; MARTINS, Ricardo André Ferreira (Org.). **Excluídos e marginalizados na literatura: uma estética dos oprimidos**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2013.

NEVES, Lino João de Oliveira. Olhos mágicos dos Sul (do Sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**: Rio de Janeiro, v. 2 n. 3, 1989.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (Org.). **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.